

Demonstrações Contábeis

2008



PETROBRAS
DISTRIBUIDORA S.A.



PETROBRAS



Ministério de
Minas e Energia





Ministério de Minas e Energia



CNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório dos resultados das atividades do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 da Petrobras Distribuidora S.A., acompanhado das Demonstrações Contábeis, dos Pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal.

Mensagem da Administração

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Administração de 2008 da Petrobras Distribuidora. Este relatório é prova do empenho da atual administração em tornar transparentes todas as suas práticas, bem como aplicar continuamente indicadores de governança corporativa alinhados àqueles utilizados por todo o Sistema Petrobras.

Nossos objetivos continuam sendo a rentabilidade, a liderança e a valorização da nossa imagem no mercado, sem descuidar da responsabilidade social e ambiental. No final do período, contabilizamos 5.998 Postos de Serviços ativos na nossa Rede de Postos e 9.635 Clientes consumidores diretos, os quais responderam por uma receita bruta de R\$65,05 bilhões, pela venda de 37,79 milhões de metros cúbicos e pela participação no mercado global de distribuição de combustíveis de 34,9%.

Em 2008, a Petrobras Distribuidora apurou um lucro líquido de R\$ 1,29 bilhão, continuando desta forma sua trajetória ascendente de sucesso operacional e financeiro. A receita operacional líquida atingiu a marca de R\$53,45 bilhões, proveniente, principalmente, do aumento nas vendas.

Líder absoluta no mercado de distribuição de combustíveis e única distribuidora presente em todo o país, a Petrobras Distribuidora torna públicos aqui os números e informações que traduzem a excelência de seu desempenho empresarial.

José Eduardo de Barros Dutra
Presidente da Petrobras Distribuidora

Ambiente do Mercado de Distribuição

O mercado de distribuição de combustíveis apresentou no último ano um aumento de 8,9%, superior aos 8,2% registrados em 2007. O destaque em 2008 foi o crescimento das vendas de álcool hidratado, que teve o seu mercado ampliado em 46,5%, motivado pela expansão da frota e pelo aumento das vendas dos veículos bicombustíveis e pelo preço vantajoso em relação à gasolina. Com isso, no mesmo ano, o mercado de gasolina cresceu apenas 3,5%. No total, o volume de combustíveis Ciclo OTTO (gasolina, GNV e álcool) cresceu, em gasolina equivalente, 10,6%.

O diesel apresentou um aumento de 7,4%, com forte crescimento no segmento de energia devido ao despacho contínuo das termelétricas do sistema isolado no 1º trimestre de 2008. No segmento de aviação, o volume de combustível aumentou 7,6%. Este crescimento foi limitado pela alta do dólar no último trimestre do ano, impactando na demanda por viagens internacionais e no preço do QAV.

Outro aspecto a destacar é que nos mercados atendidos pela BR, especialmente no segmento de Rede de Postos, houve a continuidade das ações visando coibir as práticas irregulares, como sonegação e adulteração, especialmente por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e de alguns governos estaduais.

Nesse contexto a BR procurou, ao longo do ano, de acordo com seu Plano Estratégico, ajustar suas políticas comerciais de forma a fazer frente às mudanças do ambiente competitivo, dedicando especial atenção aos efeitos da presente crise financeira que se alastra por todos os mercados. Em detalhe, a Companhia procurou implementar ações visando dar maior transparência ao mercado, ao mesmo tempo em que procurou se posicionar nos diversos segmentos em que atua de forma a preservar e consolidar a sua participação de mercado e sua rentabilidade.

Desempenho Comercial

O volume acumulado comercializado no ano foi de 37,79 milhões de metros cúbicos, 11,4% superior às vendas do ano anterior, devido, principalmente, ao crescimento das vendas de 52,8% do álcool hidratado, de 13,5% do diesel, de 11,7% do querosene de aviação e de 7,5% da gasolina. Cabe ressaltar que mais uma vez a BR alcançou o maior volume anual de vendas já registrado em sua história.

A BR, líder no mercado de Distribuição, alcançou em 2008 no segmento de Rede de Postos 26,3% de market-share acumulado ao longo do ano, 0,6 p.p. acima do valor de 2007 (25,7%). Do mesmo modo, no segmento Consumidor o market-share medido em 2008 foi de 52,7%, acima em 1,3 p.p. em relação à marca do ano anterior (51,4%).

Para consolidar seu market-share, a BR manteve a estratégia ousada adotada em 2007, estruturada em iniciativas estratégicas, como: revisão dos seus processos e reorganização da estrutura organizacional, melhoria contínua em operações e logística, redefinição e implantação de políticas comerciais, planejamento e execução de campanha regulatória, dentre outras.

Da sua rede de postos ativos, localizados em todas as regiões do território brasileiro, 656 pertencem à Companhia, sendo que 16 são Postos Escola e, portanto, operados diretamente pela BR.

Como forma de construir um diferencial de qualidade e fortalecer a marca junto ao mercado, a Petrobras Distribuidora manteve o foco no programa "De Olho no Combustível" e encerrou 2008 com 5.434 postos certificados. Fundamentado nos requisitos de qualidade da norma ISO 9001:2000, este programa abrange desde a realização de testes nos combustíveis em campo até a limpeza de tanques e filtros. Estudos realizados pela Companhia, comparando programas de qualidade desenvolvidos por outras empresas do mesmo segmento, indicam que o programa de "De Olho no Combustível" é o mais completo do mercado.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2008, com um lucro líquido de R\$1,29 bilhão, a Petrobras Distribuidora registrou o melhor resultado financeiro de sua história, ultrapassando pela primeira vez a barreira de R\$1 bilhão de lucro líquido. Seu crescimento, em comparação a 2007, quando obteve um resultado de R\$841 milhões, foi de 53,3%, em consequência do constante aumento do volume de vendas e do contínuo esforço de manutenção do controle de custos.

A Receita Líquida da BR atingiu R\$53,45 bilhões em 2008, um montante 24,2% superior à de R\$43,05 bilhões obtida no ano de 2007. O principal responsável por este desempenho foi o crescimento de 11,4% do volume de vendas.

No quadro-resumo abaixo pode ser observada a evolução da receita e do lucro no último exercício, em relação ao ano anterior.

Indicadores Financeiros (R\$ milhões)	2008	2007	%
Receita Operacional Bruta	65.049	52.502	23,9%
Receita Operacional Líquida	53.455	43.049	24,2%
Lucro Bruto	4.012	3.667	9,4%
Margem Bruta	7,5%	8,5%	-1,0 pp
Lucro Operacional	2.037	1.404	45,1%
Margem Operacional	3,8%	3,3%	0,5 pp
EBITDA	1.917	1.235	55,2%
Lucro Líquido	1.289	841	53,3%

Investimentos

Os investimentos operacionais em 2008 totalizaram R\$409,6 milhões. Os recursos da BR foram concentrados, principalmente, na ampliação e modernização da sua Rede de Postos de Serviços, no suporte aos Clientes Industriais e Comerciais, em programas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, Logística e Operações.

Alinhados ao Planejamento Estratégico, os investimentos buscaram atender a estratégia de garantia da liderança do mercado brasileiro de distribuição de derivados de petróleo e de biocombustíveis e de maximização de market-share com rentabilidade.

Responsabilidade Social e Ambiental – SMS

Como princípio básico, todas as ações da BR são norteadas pela sua política em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), visando atingir padrões adequados. O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social são incentivados, em todas as atividades da Companhia, promovendo a segurança dos empreendimentos, a preservação ambiental e a melhoria contínua de qualidade de vida.

Para cumprimento de sua política de SMS, foram efetuados investimentos na ordem de R\$ 36,7 milhões para melhoria do sistema de proteção ambiental, segurança e prevenção de acidentes nas instalações operacionais – bases, terminais, depósitos, fábricas, aeroportos, além das instalações dos Clientes consumidores e dos Postos de Serviços.

Agradecimentos

Finalizando, agradecemos a todos os nossos Revendedores, Clientes e Fornecedores pelo apoio e confiança dispensados e aos nossos colaboradores pela dedicação demonstrada.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora			Nota	Consolidado		Controladora	
		2008	2007	2008	2007			2008	2007		
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.445.076	438.866	1.393.039	273.326						
Contas a receber, líquidas	7	3.564.407	3.345.144	3.419.240	3.210.042						
Estoques	9	1.517.172	1.462.889	1.486.793	1.426.149						
Impostos e contribuições a recuperar	19.1	561.281	473.239	515.159	410.138						
Impostos e contribuição social diferidos	19.3	132.974	180.751	119.410	162.749						
Despesas antecipadas		19.043	21.273	15.375	16.770						
Outros ativos circulantes		67.975	115.276	93.762	184.464						
		<u>7.307.928</u>	<u>6.037.438</u>	<u>7.042.778</u>	<u>5.683.638</u>						
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Contas a receber, líquidas	7	618.006	2.018.126	613.033	2.016.701						
Títulos e valores mobiliários	10	168.007	2.488	168.007	2.488						
Depósitos judiciais	11	216.618	205.730	196.220	185.347						
Despesas antecipadas		85.086	73.845	84.962	73.685						
Impostos e contribuição social diferidos	19.3	291.316	265.494	258.855	214.560						
Outros ativos realizáveis a longo prazo		35.175	11.750	34.949	5.555						
		<u>1.414.208</u>	<u>2.577.433</u>	<u>1.356.026</u>	<u>2.498.336</u>						
Investimentos	12	30.001	214.925	580.744	859.577						
Imobilizado	13	3.047.254	3.328.736	2.629.673	2.378.014						
Intangível	14	256.266	108.692	232.809	77.864						
Diferido		2.965	159.797	2.965	63.068						
		<u>3.336.486</u>	<u>3.812.150</u>	<u>3.446.191</u>	<u>3.378.523</u>						
		<u>12.058.622</u>	<u>12.427.021</u>	<u>11.844.995</u>	<u>11.560.497</u>						
Passivo											
Circulante											
Financiamentos	15	-	166.730	-	90.458						
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	16	15.736	-	13.381	-						
Fornecedores		1.989.637	2.151.158	1.914.423	2.060.440						
Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras	8.2	1.344.787	1.489.827	1.330.101	1.479.454						
Outros		644.850	661.331	584.322	580.986						
Operações de mútuo com a Controladora	8.2	93.287	97.394	93.287	97.394						
Impostos e contribuições a recolher	19.2	306.393	296.329	294.117	285.612						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.3	776	13.803	74	13.521						
Dividendos propostos	22.4	489.815	319.258	489.815	319.258						
Plano de pensão	20	37.475	27.574	37.475	27.574						
Plano de saúde	20	28.231	24.126	23.348	19.243						
Salários, férias e encargos		114.232	93.250	88.191	64.574						
Provisão para contingências	23	19.597	51.167	19.597	46.695						
Adiantamento de clientes		149.362	213.004	148.000	211.495						
Provisão para participações de empregados e administradores	21	70.800	61.500	70.800	61.500						
Outras contas e despesas a pagar		105.636	175.827	100.953	154.754						
		<u>3.420.977</u>	<u>3.691.120</u>	<u>3.293.461</u>	<u>3.452.518</u>						
Não Circulante											
Financiamentos	15	-	470.048	-	-						
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	16	67.927	-	66.743	-						
Subsidiárias, controladas e coligadas	8.2	31.332	37.046	31.332	37.046						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.3	26.227	820	25.717	155						
Plano de pensão	20	300.181	278.861	300.181	278.861						
Plano de saúde	20	685.751	628.314	643.924	590.584						
Provisão para contingências	23	145.905	153.542	105.074	112.572						
Outras contas e despesas a pagar		1.756	77.252	-	-						
		<u>1.259.079</u>	<u>1.645.883</u>	<u>1.172.971</u>	<u>1.019.218</u>						
Participação dos acionistas não controladores		3	2.847	-	-						
Patrimônio líquido											
Capital social realizado		4.482.082	4.482.082	4.482.082	4.482.082						
Reservas de capital		53.993	53.993	53.993	53.993						
Reservas de lucros		2.841.431	2.551.096	2.841.431	2.552.686						
Ajuste de avaliação patrimonial		1.057	-	1.057	-						
	22	7.378.563	7.087.171	7.378.563	7.088.761						
		<u>12.058.622</u>	<u>12.427.021</u>	<u>11.844.995</u>	<u>11.560.497</u>						

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

(Continua)

(Continuação)


 Ministério de
Minas e Energia

 CNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Receita operacional bruta				
Vendas				
Produtos	67.846.502	55.130.679	65.000.252	52.442.627
Serviços	63.053	65.379	49.105	59.386
	<u>67.909.555</u>	<u>55.196.058</u>	<u>65.049.357</u>	<u>52.502.013</u>
	<u>(11.983.134)</u>	<u>(9.835.683)</u>	<u>(11.593.932)</u>	<u>(9.453.407)</u>
Encargos de vendas				
Receita operacional líquida				
Custo dos produtos e serviços vendidos	(51.282.197)	(41.072.025)	(49.443.574)	(39.381.321)
Lucro bruto				
	<u>4.644.224</u>	<u>4.288.350</u>	<u>4.011.851</u>	<u>3.667.285</u>
Outras receitas (despesas) operacionais				
Vendas				
	(2.389.615)	(2.144.249)	(1.932.502)	(1.730.536)
Financeiras				
Despesas	(103.220)	(162.896)	(91.874)	(133.943)
Receitas	429.016	506.439	414.761	484.251
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(19.559)	(12.631)	(13.347)	(17.034)
	<u>306.237</u>	<u>330.912</u>	<u>309.540</u>	<u>333.274</u>
17				
Gerais e administrativas				
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(7.641)	(6.093)	(3.122)	(2.277)
De administração	(487.355)	(481.382)	(376.242)	(373.218)
	<u>(494.996)</u>	<u>(487.475)</u>	<u>(379.364)</u>	<u>(375.495)</u>
Tributárias				
Planos de pensão e saúde	(22.904)	(228.689)	(16.738)	(209.388)
Outras despesas operacionais, líquidas	(76.612)	(121.689)	(70.173)	(116.266)
	<u>125.076</u>	<u>(171.294)</u>	<u>119.170</u>	<u>(172.184)</u>
	<u>(2.552.814)</u>	<u>(2.822.484)</u>	<u>(1.970.067)</u>	<u>(2.270.595)</u>
Participações em subsidiárias e coligadas				
Resultado de participações em investimentos relevantes				
	(16.557)	(15.879)	(4.602)	7.125
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores				
	2.074.853	1.449.987	2.037.182	1.403.815
Contribuição social	(189.857)	(144.913)	(182.095)	(134.888)
Imposto de renda	(517.063)	(397.173)	(495.095)	(366.435)
	<u>1.367.933</u>	<u>907.901</u>	<u>1.359.992</u>	<u>902.492</u>
21				
Participações dos empregados e administradores				
	(78.749)	(68.730)	(70.800)	(61.500)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores				
	1.289.184	839.171	1.289.192	840.992
Participação dos acionistas não controladores	8	231	-	-
Lucro líquido do exercício				
	<u>1.289.192</u>	<u>839.402</u>	<u>1.289.192</u>	<u>840.992</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$				
			<u>30,08</u>	<u>19,63</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	1.289.192	839.402	1.289.192	840.992
Ajustes:				
Participação dos acionistas não controladores	(37)	-	-	-
Resultado de participações em investimentos relevantes	(2.768)	(2.570)	(55.430)	(79.076)
Amortização de ágio	19.325	18.449	60.032	71.951
Depreciação e amortização	353.613	349.258	264.026	249.689
Amortização de financiamentos condicionais	79.772	52.778	79.772	52.778
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	85.198	46.245	12.082	18.945
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações	47.160	103.575	28.681	50.965
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	19.396	(52.170)	13.027	(61.711)
Outros ajustes	62.200	144.480	(842)	139.075
Aumento/Redução de ativos e passivos				
Redução (aumento) das contas a receber	(307.826)	(530.885)	(287.139)	(521.371)
Redução (aumento) dos estoques	(58.106)	(133.718)	(60.388)	(133.778)
Redução (aumento) de outros ativos	(116.842)	8.826	(108.311)	39.359
Aumento de fornecedores	(37.771)	12.299	10.992	33.371
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições	12.044	112.579	4.991	110.398
Aumento dos planos de pensão e de saúde	154.182	209.146	147.742	203.723
Aumento (redução) de outros passivos	(210.552)	(75.491)	(147.322)	(14.332)
Aumento (redução) de operações de curto prazo com empresas subsidiárias, controladas e coligadas:				
Redução (aumento) de contas a receber	(96.782)	(29.737)	(60.056)	(29.737)
Redução (aumento) de contas a pagar	(147.855)	514.095	(163.359)	514.095
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.143.543	1.586.561	1.027.690	1.485.336
Atividades de investimentos				
Investimentos em gás e energia	42.496	(315.063)	(35.297)	(48.844)
Investimentos em distribuição	(476.696)	(474.858)	(380.511)	(383.275)
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(161.204)	-	(161.204)	-
Outros investimentos	-	-	182.564	-
Dividendos recebidos	883	727	49.956	90.830
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(594.521)	(789.194)	(344.492)	(341.289)
Atividades de financiamentos				
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos	1.296.350	(605.189)	1.275.677	(766.086)
Dividendos pagos a acionistas	(839.162)	(292.465)	(839.162)	(292.465)
Recursos líquidos (aplicados) gerados nas atividades de financiamentos	457.188	(897.654)	436.515	(1.058.551)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício				
	1.006.210	(100.287)	1.119.713	85.496
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	438.866	539.153	273.326	187.830
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.445.076	438.866	1.393.039	273.326
Informações adicionais aos fluxos de caixa:				
Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Juros pagos, líquidos do montante capitalizado	9.438	59.525	44	48.254
Imposto de renda e contribuição social	689.747	523.784	672.376	500.205
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	41.916	40.667	40.156	38.094
	<u>741.101</u>	<u>623.976</u>	<u>712.576</u>	<u>586.553</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	34.743	51.015	7.480	9.892
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controle de bens	3.538	-	-	-
Bens recebidos por doação	3	82	-	-
Capitalização de dividendos a receber de controlada	-	-	42.000	-
	<u>38.284</u>	<u>51.097</u>	<u>49.480</u>	<u>9.892</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
			Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Em 1º de janeiro de 2007	4.482.082	53.993	236.004	70.927	1.724.021	-	-	6.567.027
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	840.992	-	840.992
Destinações:								
Apropriações em reservas	-	-	42.050	22.410	457.274	(521.734)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(319.258)	-	(319.258)
Em 31 de dezembro de 2007	4.482.082	53.993	278.054	93.337	2.181.295	-	-	7.088.761
Ajuste de exercícios anteriores								
- Adoção da Lei 11.638/07	-	-	-	-	-	(2.831)	-	(2.831)
- Transferência para reservas	-	-	-	-	-	2.831	-	-
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	1.057	1.057
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(507.801)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.289.192	-	1.289.192
Destinações:								
Apropriações em reservas	-	-	64.459	22.410	712.508	(799.377)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(489.815)	-	(489.815)
Em 31 de dezembro de 2008	4.482.082	53.993	342.513	115.747	2.383.171	-	1.057	7.378.563

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora		Distribuição do valor adicionado	Pessoal e administradores	Remuneração Direta	Benefícios	Tributos	Instituições financeiras e fornecedores	Acionistas	Valor adicionado distribuído
	2008	2007	2008	2007								
Receitas												
Vendas de produtos e serviços e outras receitas												
	68.004.821	55.262.371	65.137.012	52.572.865								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição												
	(26.502)	(64.654)	(24.971)	(73.854)								
Receitas relativas à construção de ativos para uso												
	254.535	221.913	220.741	204.388								
	<u>68.232.854</u>	<u>55.419.630</u>	<u>65.332.782</u>	<u>52.703.399</u>								
Insumos adquiridos de terceiros												
Materiais consumidos												
	(68.462)	(53.686)	-	-								
Custo das mercadorias para revenda												
	(51.238.180)	(41.014.453)	(49.406.087)	(39.338.762)								
Energia, serviços de terceiros e outros												
	(1.895.780)	(1.961.358)	(1.665.256)	(1.760.918)								
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros												
	(3.468.639)	(2.554.101)	(3.190.317)	(2.306.252)								
	<u>(56.671.061)</u>	<u>(45.583.598)</u>	<u>(54.261.660)</u>	<u>(43.405.932)</u>								
Valor adicionado bruto												
	<u>11.561.793</u>	<u>9.836.032</u>	<u>11.071.122</u>	<u>9.297.467</u>								
Retenções												
Depreciação e amortização												
	(353.613)	(349.258)	(264.026)	(249.689)								
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia												
	<u>11.208.180</u>	<u>9.486.774</u>	<u>10.807.096</u>	<u>9.047.778</u>								
Valor adicionado recebido em transferência												
Resultado de participações em investimentos relevantes												
	2.768	2.570	55.430	79.076								
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial												
	530.461	529.001	520.932	496.274								
	(19.325)	(18.449)	(60.032)	(71.951)								
Amortização de ágio												
	138.054	119.426	137.824	118.084								
Aluguéis e royalties												
	651.958	632.548	654.154	621.483								
	<u>11.860.138</u>	<u>10.119.322</u>	<u>11.461.250</u>	<u>9.669.261</u>								
Distribuição do valor adicionado												
Salários												
	587.286	5,0%	537.208	5,3%	458.472	4,0%	417.779	4,3%				
Participações dos empregados e administradores nos lucros												
	78.749	0,7%	68.730	0,7%	70.800	0,6%	61.500	0,6%				
Benefícios												
Vantagens												
	78.375	0,6%	74.964	0,7%	41.414	0,4%	41.033	0,4%				
Plano de aposentadoria e pensão												
	33.282	0,3%	43.620	0,4%	33.282	0,3%	43.620	0,5%				
Plano de saúde												
	58.893	0,5%	62.137	0,6%	52.453	0,5%	56.714	0,6%				
FGTS												
	37.839	0,3%	31.761	0,4%	27.919	0,2%	22.026	0,2%				
	<u>874.424</u>	<u>7,4%</u>	<u>818.420</u>	<u>8,1%</u>	<u>684.340</u>	<u>6,0%</u>	<u>642.672</u>	<u>6,6%</u>				
Tributos												
Impostos, taxas e contribuições												
	9.313.368	78,5%	8.181.899	80,8%	9.143.769	79,8%	7.970.028	82,4%				
Imposto de renda e contribuição social diferidos												
	19.396	0,2%	(52.170)	(0,5%)	13.027	0,1%	(61.711)	(0,6%)				

(Continuação)



Ministério de Minas e Energia



CNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. (Companhia), que utiliza a abreviatura BR, é uma sociedade anônima constituída em 12 de novembro de 1971, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, que tem por objeto, observados os preceitos legais, a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária, dos Pronunciamentos, das Orientações e das Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2008 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória 449, de 3 de dezembro de 2008, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria Executiva da Companhia realizada em 3 de março de 2009.

3. Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações contábeis da Petrobras Distribuidora S.A. e das seguintes empresas subsidiárias, controladas e controladas em conjunto:

	Participação no capital - %			
	2008		2007	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Subsidiárias e controladas				
Liquigás Distribuidora S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,00	99,00	99,00	99,00
Controladas em conjunto				
Breitner Energética S.A.	-	-	30,00	30,00
Brasyme Energia S.A.	-	-	20,00	20,00
Brasil PCH S.A.	-	-	42,33	49,00
Companhia Energética Manauara S.A.	-	-	40,00	40,00
Bretech Energia S.A.	-	-	30,00	30,00

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício consolidado com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido do exercício da Controladora, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, é demonstrada como se segue:

	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido do Exercício	
	2008	2007	2008	2007
Conforme demonstrações contábeis consolidadas	7.378.563	7.087.171	1.289.192	839.402
Absorção de passivo a descoberto de controlada (*)	-	1.590	-	1.590
Conforme demonstrações contábeis da controladora	7.378.563	7.088.761	1.289.192	840.992

(*) De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanente (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) de determinadas controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, gerando item de conciliação entre as demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas.

4. Alterações de práticas contábeis

A Lei 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008, alteraram e revogaram dispositivos que tratavam matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas Lei 6.404/76, visando a convergência futura das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas contábeis internacionais. Apresentamos a seguir os pronunciamentos técnicos emitidos e referendados pela CVM até 31 de dezembro de 2008.

Pronunciamento Técnico/CPC		Deliberação/CVM	
Número	Título	Número	Data de emissão
CPC	Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	539/08	14 de março de 2008
CPC 01	Redução ao valor recuperável de ativos	527/07	1 de novembro de 2007
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	534/08	29 de janeiro de 2008
CPC 03	Demonstração dos fluxos de caixa	547/08	13 de agosto de 2008
CPC 04	Ativo intangível	553/08	12 de novembro de 2008
CPC 05	Divulgação sobre partes relacionadas	560/08	11 de dezembro de 2008
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	554/08	12 de novembro de 2008
CPC 07	Subvenção e assistência governamentais	555/08	12 de novembro de 2008
CPC 08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	556/08	12 de novembro de 2008
CPC 09	Demonstração do valor adicionado	557/08	12 de novembro de 2008
CPC 10	Pagamentos baseados em ações	562/08	17 de dezembro de 2008
CPC 11	Contratos de seguro	563/08	17 de dezembro de 2008
CPC 12	Ajuste a valor presente	564/08	17 de dezembro de 2008
CPC 13	Adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08	565/08	17 de dezembro de 2008
CPC 14	Instrumentos Financeiros: reconhecimento, mensuração e evidênciação	566/08	17 de dezembro de 2008

A Medida Provisória 449/08 também instituiu o Regime Tributário de Transição ("RTT") estabelecendo o tratamento dos efeitos tributários sobre os métodos e critérios introduzidos pela nova legislação.

A Companhia adotou pela primeira vez estes pronunciamentos, quando aplicável, na elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2008, conforme facultado pela Deliberação CVM 565/08 e Medida Provisória nº 449/08, tendo refletido os ajustes iniciais em 1º de janeiro de 2008, data de transição, na conta de lucros acumulados sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis de 2007.

A seguir apresentamos um resumo dos pronunciamentos adotados:

4.1. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC e demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia já elaborava e divulgava a DFC e a DVA antes da sua obrigatoriedade, como informação complementar. Todavia, algumas mudanças na estrutura de apresentação dessas demonstrações foram realizadas, em função do disposto nos pronunciamentos técnicos contidos no CPC 03 e no CPC 09. A DVA, facultativa para as companhias fechadas, a partir da Lei nº. 11.638/07, está sendo apresentada espontaneamente.

4.2. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

O CPC 01 define procedimentos visando a assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da substituição de provisão para perdas.

As avaliações são efetuadas considerando-se a menor unidade geradora de caixa, quando aplicável, e o valor recuperável é o valor de uso determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros, descontados por taxas de juros antes dos impostos.

Até 31 de dezembro de 2008, os bens, direitos e concessões, bem como os respectivos custos capitalizados, vinculados às atividades de distribuição e comercialização de derivados de petróleo, produtos químicos, energia e asfalto, foram revisados para identificação de possíveis perdas na recuperação. Porém, não efetuamos nenhum ajuste, pois os ativos da Companhia não apresentam valores não recuperáveis no futuro.

4.3. Ativos intangíveis

O CPC 04 define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos.

A Companhia já apresentava seus ativos intangíveis de acordo com a Deliberação CVM 488/05, de 3 de outubro de 2005.

Com a adoção do CPC 04 as seguintes alterações foram procedidas:

- o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente de aquisição de participação com controle da Liquigás Distribuidora S.A. está classificado no intangível; e
- o ágio na aquisição de controladas classificado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2007, representado pelos ágios pagos pela Liquigás Distribuidora S.A. nas aquisições de empresas incorporadas, foi reclassificado para o intangível.

Esses ágios não serão mais amortizados pelo prazo e extensão das projeções que os determinaram, a partir do exercício de 2009, em função do preconizado no CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08, estando sujeitos ao teste por *impairment*.

4.4. Divulgações sobre partes relacionadas

O CPC 05 estabelece que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

4.5. Contratos com transferência de benefícios, riscos e controle de bens

O CPC 06 estabelece procedimentos de contabilização e de divulgação de transações em que existem compromissos contratuais com e sem transferência de benefícios, riscos e controle de bens.

A Companhia passou a registrar em seu ativo imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle desses bens, assim como sua obrigação correlata.

Anteriormente, essas operações eram tratadas como despesa com aluguel.

4.6. Ajuste a valor presente (AVP)

O CPC 12 estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo. Todavia, não foram identificados efeitos relevantes sobre estes itens e, consequentemente, nenhum ajuste a valor presente foi efetuado.

4.7. Instrumentos financeiros

O CPC 14 estabelece princípios para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros e para a divulgação de instrumentos financeiros derivativos.

Com a adoção do CPC 14 as seguintes alterações foram procedidas:

- as operações de *hedge* em aberto passaram a ser apresentadas no balanço patrimonial pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado financeiro. Anteriormente, essas operações eram registradas no resultado quando da sua liquidação financeira; e
- o ajuste ao valor de mercado dos títulos mobiliários disponíveis para venda passou a ser apresentado no patrimônio líquido até sua liquidação, quando será transferido para o resultado. Anteriormente, esses ajustes impactavam o resultado do exercício.

4.8. Diferido

A Medida Provisória 449/08 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*.

4.9. Receitas e despesas não operacionais

As receitas e despesas não operacionais foram extintas a partir do exercício de 2008, em função da alteração da Lei 6.404/76 pela Medida Provisória 449/08. Assim, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 provenientes da alienação e baixa de ativos de natureza permanente foram reclassificados para outras receitas e despesas operacionais, com exceção dos saldos decorrentes de ganhos e perdas de capital nos investimentos que foram reclassificados para resultado de participações em investimentos.

4.10. Efeitos da adoção da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da adoção da nova legislação, líquidos dos efeitos fiscais quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Resultado	Patrimônio líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	1.289.192	7.378.563
- Pela adoção inicial em 1º de janeiro de 2008, data de transição:		
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.836)
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	-	4.667
	-	2.831
- No exercício de 2008:		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	(1.057)
Instrumentos financeiros derivativos	4.360	4.360
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	(3.509)	(3.509)
	851	(206)
Saldos anteriores à aplicação da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	1.290.043	7.381.188

Em decorrência das alterações da Lei 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008. As reclassificações efetuadas não têm impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007 e podem ser assim resumidas:

	2007		Controladora	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Demonstração de Resultado				
Receitas (despesas) operacionais	-	(30.823)	-	(26.284)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	-	-
Receitas e despesas não operacionais	(30.823)	-	(26.284)	-

5. Sumário das principais práticas contábeis

5.1. Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para devedores duvidosos constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

5.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por aplicações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

5.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados pela Companhia como "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento", com base nas estratégias da administração para esses títulos e valores mobiliários.

Os títulos e valores mobiliários que foram classificados como disponíveis para venda têm sua marcação a mercado contabilizada em ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários, no patrimônio líquido. Os títulos que a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento foram registrados no resultado do exercício pelo custo amortizado.

Para a avaliação a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda são utilizados preços e índices divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA).

5.4. Contabilização de instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, ao valor justo.

A Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção patrimonial com o objetivo de reduzir o risco da ocorrência de variações desfavoráveis que possam ocorrer com as moedas estrangeiras. Tais instrumentos são marcados a mercado com os ganhos ou perdas reconhecidos como receita ou despesa financeira.

5.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas, derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede o de reposição.

5.6. Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

5.7. Ativos intangíveis

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, softwares e gastos com direitos e concessões registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizados pelo prazo esperado para geração de benefícios desses ativos.

5.8. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

5.9. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 37/1/00, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

5.10. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use estimativas e premissas com relação à demonstração de ativos e passivos e à divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como as estimativas de receitas e despesas para o exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

5.11. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e bancos	171.266	298.401	160.138	273.326
Aplicações financeiras no País				
Fundos de investimento exclusivos:				
Fundo em direitos creditórios - FIDC	1.273.800	-	1.232.901	-
Fundos de investimento financeiro:				
Fundos de investimentos financeiros - DI	-	106.445	-	-
Títulos privados	-	32.468	-	-
Outros	10	1.552	-	-
Total das aplicações financeiras	1.273.810	140.465	1.232.901	6.230.518
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.445.076	438.866	1.393.039	273.326

Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mantém recursos investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Esse fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios "performados" e/ou "não performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira da caixa da Controladora e suas Subsidiárias.

7. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Cientes	2.714.682	2.663.264	2.549.830	2.473.695
Terceiros	1.055.704	1.002.738	1.042.614	996.005
Financiamentos a receber	815.888	828.184	802.798	821.451
Financiamentos ressaráveis	239.816	174.554	239.816	174.554
Partes relacionadas	445.283	1.741.710	440.255	1.777.279
Cobranças judiciais	1.019.822	983.539	1.028.320	983.539
Total das contas a receber	5.235.491	6.391.251	5.061.019	6.230.518
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.053.078)	(1.027.981)	(1.028.746)	(1.003.775)
Contas a receber - líquidas	4.182.413	5.363.270	4.032.273	5.226.743
Contas a receber (circulante), líquidas	3.564.407	3.345.144	3.419.240	3.210.042
Contas a receber (não circulante), líquidas	618.006	2.018.126	613.033	2.016.701

(Continua)

(Continuação)


 Ministério de
Minas e Energia

 CNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**
(Em milhares de reais)

Os financiamentos ressarcíveis a receber (Controladora), no montante de R\$802.798 (R\$821.451 em 2007), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros – correspondentes, principalmente, à variação do IGP-M ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês – e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

Os financiamentos condicionais (Controladora), no montante de R\$239.816 (R\$174.554 em 2007), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizada sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado em despesas de vendas o montante de R\$79.772 (R\$52.778 em 2007).

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Mutação da provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Saldo em 1º de janeiro	1.027.981	963.328	1.003.775	929.921
Adições	101.194	132.680	98.271	124.563
Baixas	(76.097)	(68.027)	(73.300)	(50.709)
Saldo em 31 de dezembro (circulante)	1.053.078	1.027.981	1.028.746	1.003.775

8. Partes relacionadas (Controladora)

As operações comerciais com as empresas do Sistema Petrobras são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

8.1. Ativo

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total do Ativo
	Contas a receber, principalmente por vendas	Contas a receber por operações de mútuo (*)	Outras operações		
Petrobras (*)	177.995	132.302	-	-	310.297
Breitener	45.651	-	-	-	45.651
Manauara	16.407	-	-	-	16.407
Outras	36.777	-	31.123	-	67.900
31/12/2008	276.830	132.302	31.123	-	440.255
31/12/2007	243.260	1.522.148	11.871	-	1.777.279

(*) As operações com a Controladora referem-se às movimentações financeiras pactuadas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, destinadas, principalmente, à liquidação de operações de compra e venda de produtos, que são atualizadas monetariamente, principalmente com base na variação do CDI. Em 2008, as operações de compra e venda de produtos passaram a ser liquidadas através da conta do Fundo de Investimento de Direito Creditório (FIDC), tendo sido transferido para o FIDC o montante de R\$2.717.550 de contas a receber. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia tem valores a receber da Controladora no montante de R\$132.302 (R\$1.522.148 em 2007).

8.2. Passivo

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total do passivo
	Fornecedores, principalmente por compras de derivados de petróleo	Dividendos propostos	Contas a pagar por operações de mútuo	Contas a pagar por operações de mútuo	
Petrobras	1.330.101	489.815	93.287	31.332	1.944.535
REFAP	82.340	-	-	-	82.340
Outras	21.271	-	-	-	21.271
31/12/2008	1.433.712	489.815	93.287	31.332	2.048.146
31/12/2007	1.597.071	319.258	97.394	37.046	2.050.769

8.3. Resultado

	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	Variações monetárias e cambiais, líquidas
Petrobras	862.597	21.365	(15.509)
Liquigás	-	-	5.594
Breitener	303.973	-	-
Braskem	174.474	-	-
Manauara	143.864	-	-
Outras	97.949	5.128	1.689
31/12/2008	1.582.857	26.493	(8.226)
31/12/2007	782.840	127.352	(11.975)

8.4. Transações com entidades governamentais

A Companhia é subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, empresa controlada pelo Governo Federal, e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações. As transações significativas com entidades governamentais resultaram nos seguintes saldos:

	2008		2007	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco do Brasil S.A.	31.774	-	172.641	-
BNDES	-	-	-	9.546
Títulos governamentais	168.007	-	2.488	-
Obrigações junto ao Governo Federal	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	106.064	-	166.944
	199.781	106.064	175.129	176.490
Circulante	31.774	106.064	172.641	176.490
Não circulante	168.007	-	2.488	-

12.3. Mutação dos investimentos

	Controladora							
	Liquigás	Breitener	Brasympe	Brasil PCH	Manauara	FIL	Brentech	Coligadas
No início do exercício	418.054	33.776	14.828	61.186	8.008	-	6.141	23.295
Aquisição e aporte de capital	42.000	14.634	-	-	-	-	1.629	22.291
Equivalência patrimonial	59.919	(4.955)	277	(201)	596	251	-	-
Dividendos	(31.823)	-	-	-	-	-	-	(31.823)
Baixa por alienação	-	(43.455)	(14.373)	(60.985)	(8.604)	-	(7.770)	(38.885)
Provisão para perda	-	-	(672)	-	-	-	-	(672)
Outros	-	-	(60)	-	-	-	-	4.149
No fim do exercício	488.150	-	-	-	-	251	-	850
								489.251
								565.288

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

	2008	2007
Outros investimentos	7.653	12.412
Ágio	83.840	281.877
	580.744	859.577

12.4. Transferência de participação de empresas de energia

Em 31 de julho de 2008, as participações acionárias em empresas de energia de propriedade da Companhia foram transferidas para a Petrobras através de uma operação de compra e venda de ações que totalizou R\$ 183.509, conforme a seguir:

Empresas	% do Capital		Valor do investimento
	Total		
Breitener Energética	30%		43.455
Brasympe Energia	20%		14.373
Brasil PCH S.A.	42,3289%		70.422 (*)
Companhia Energética Manauara	40%		8.604
Brentech Energia	30%		7.770
Termelétrica Potiguar (TEP)	20%		2.725
Companhia Energética Potiguar	20%		1.526
Energética Camaçari Muricy I	49%		20.469
Arembepe	30%		13.565
Energética Britarumã	30%		33
Energética Suape II	20%		567
Totais			183.509

(*) Inclui R\$9.408 referentes ao saldo a amortizar de ágio por rentabilidade futura.

Esta transferência permitiu a consolidação do parque de geração de energia da Petrobras e a gestão unificada desses negócios na Controladora.

A Petrobras e a Petrobras Distribuidora comunicaram previamente a operação à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Adicionalmente, considerando que as participações permanecem dentro do sistema, Petrobras e Petrobras Distribuidora fizeram uma petição conjunta ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), informando a substituição da Petrobras Distribuidora pela Petrobras no quadro de acionistas das sociedades.

12.5. Informações sobre coligadas

	2008			2007	
	Participação no capital subscrito%	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à Liquigás					
Utingás Armazenadora S.A.	31,00%	66.484	9.822	15.620	13.071
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	33,33%	(1.922)	193	3.455	3.474
Metalúrgica Plus S.A.	33,33%	(114)	(181)	1.350	1.407

12.6. Ágio

Na aquisição em agosto de 2004, da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A., até então denominada Agip do Brasil S.A., foi apurado um ágio de R\$590.502, dos quais R\$392.898 têm como fundamentação econômica a mais valia de ativos, com a amortização em função da vida útil dos ativos, e R\$197.604 têm

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme a seguir:

	2008		2007	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo				
Circulante	31.774	-	172.641	-
Caixa e equivalentes de caixa	31.774	-	172.641	-
Não circulante	168.007	-	2.488	-
Títulos e valores mobiliários	168.007	-	2.488	-
Passivo				
Circulante	-	106.064	-	176.490
Financiamentos	-	106.064	-	9.546
Adiantamento de clientes	-	106.064	-	166.944
	199.781	106.064	175.129	176.490

8.5. Remuneração de dirigentes e empregados da Controladora (em Reais)

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2008, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$17.820,33 e R\$1.976,69 (R\$ 15.332,57 e R\$ 1.061,99 em 2007), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2008 foi de R\$5.604,00 (R\$ 4.373,96 em 2007).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2008, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$54.691,92 (R\$43.345,22 em 2007).

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal chave da Companhia durante o exercício de 2008 foi de R\$5.874.775,34 (R\$3.607.684,55 em 2007).

9. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Produtos para venda				
Derivados de petróleo	1.244.283	1.196.598	1.217.649	1.165.694
Álcool	234.875	217.714	234.875	217.714
	1.479.158	1.414.312	1.452.524	1.383.408
Materiais e suprimentos para manutenção	38.014	45.138	34.269	42.741
Adiantamentos a fornecedores	-	3.439	-	-
Total	1.517.172	1.462.889	1.486.793	1.426.149

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2008 é de R\$266.628 (R\$210.402 em 2007).

10. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Disponíveis para venda (NTN-B)	165.364	-	165.364	-
Mantidos até o vencimento (Outros)	2.643	2.488	2.643	2.488
Parcela de longo prazo de títulos e valores mobiliários	168.007	2.488	168.007	2.488

As Notas do Tesouro Nacional - Série B foram dadas em garantia à Petros, no dia 23 de outubro de 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro entre Petrobras e subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, entidades Sindicais e a Petros, para equacionamento de obrigações com o plano de pensão. O valor nominal das NTN-B é atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os cupons de juros serão pagos semestralmente à taxa de 6% a.a. sobre o valor nominal atualizado desses títulos e os vencimentos vão de 2024 a 2035.

11. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Cível	22.414	22.528	20.254	20.568
Trabalhista	21.448	18.979	13.100	12.799
Tributária	171.087	159.534	162.667	151.079
Ambiental	199	901	199	901
Outras	1.470	3.788	-	-
Totais (*)	216.618	205.730	196.220	185.347

(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

12. Investimentos
12.1. Informações sobre as controladas e coligadas

	Milhares de			
	Capital Subscrito em 31/12/2008	Ações Ordinárias/Cotas	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício
Controladas				
Liquigás	438.142	8.145	488.150	59.464
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (*)	47	47	254	(846)
Coligadas				
CDGN	6.000	600	3.281	688
Brasil Supply	10.000	1.000	8.274	525
(*) Cotas				

12.2. Descrição das atividades das controladas
a) Liquigás Distribuidora S.A.

Opera na área de distribuição e comercialização de subprodutos da refinaria de petróleo, especialmente Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

b) Fundo de Investimento Imobiliário - FIL

Tem por objetivo adquirir, por meio de uma promessa de compra e venda, 16 imóveis, representados por terminais, bases e postos de abastecimento, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FIL é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

fundamentação pela expectativa de rentabilidade futura, com a amortização até 31 de dezembro de 2008 em função da extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado pelos peritos independentes, não excedendo o limite de 10 anos. Esse ágio não será mais amortizado a partir do exercício de 2009, em função das novas práticas contábeis introduzidas no Brasil.

Na aquisição, em dezembro de 2005, da participação na Brasil PCH S.A., foi apurado ágio de R\$ 12.407, tendo como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro, com amortização no prazo de 10 anos. Em 2008, esta participação foi transferida para a Petrobras.

Movimentação do ágio:	Consolidado	Controladora
Saldo do ágio em 31/12/2007	158.532	281.877
Amortização do ágio	(19.325)	(60.032)
Baixa por alienação	(10.640)	(9.438)
Transferência para intangível (Goodwill)	(128.567)	(128.567)
Saldo do ágio em 31/12/2008	-	83.840

Na controladora, o saldo do ágio de mais valia de ativos no montante de R\$83.840 está contabilizado em investimentos e no consolidado está apresentado como ativo imobilizado.

12.7. Outras informações
Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo deste Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

Finda a concessão, o contrato prevê indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados objetivando determinar o valor da referida indenização.

A concessão prevê a distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração e térmicas.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, estas sujeitas a reajustes e revisões na forma do contrato.

Os investimentos em 2008 foram da ordem de R\$ 21,4 milhões, representando o maior aporte já realizado desde o início da concessão. Com isso, os investimentos totais realizados durante a concessão ao final de 2008 são da ordem de R\$ 70 milhões, conforme quadro abaixo:

(Continuação)


 Ministério de
 Minas e Energia

 CNPJ 34.274.233/0001-02
 Empresa do Sistema Petrobras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**
 (Em milhares de reais)
13. Imobilizado**13.1. Por área de negócio**

	Consolidado		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Depreciação e amortização do		Líquido	
	Custo	ágio acumuladas	Líquido	Líquido
Gás e energia	66.478	(12.037)	54.441	535.286
Distribuição (*)	5.166.037	(2.173.224)	2.992.813	2.793.450
Total	5.232.515	(2.185.261)	3.047.254	3.328.736

	Controladora		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Depreciação e amortização do		Líquido	
	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	66.478	(12.037)	54.441	39.201
Distribuição	4.094.207	(1.518.975)	2.575.232	2.338.813
Total	4.160.685	(1.531.012)	2.629.673	2.378.014

13.2. Por tipo de ativos

	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Consolidado		2007	
		2008	2007	2008	2007
		Depreciação e amortização do		Líquido (*)	
		Custo	ágio acumuladas	Líquido (*)	Líquido
Edificações e benfeitorias	25	1.506.850	(407.140)	1.099.710	927.117
Equipamentos e outros bens	5 a 10	3.082.569	(1.740.905)	1.341.664	1.371.992
Terrenos	-	328.778	(37.216)	291.562	296.775
Materiais	-	-	-	-	878
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	59.183
Projetos de expansão	-	314.318	-	314.318	672.791
Total	-	5.232.515	(2.185.261)	3.047.254	3.328.736

	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Controladora		2007	
		2008	2007	2008	2007
		Depreciação e amortização do		Líquido	
		Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25	1.377.441	(324.171)	1.053.270	808.718
Equipamentos e outros bens	5 a 10	2.259.293	(1.206.841)	1.052.452	1.005.860
Terrenos	-	251.082	-	251.082	217.652
Projetos de expansão	-	272.869	-	272.869	345.784
Total	-	4.160.685	(1.531.012)	2.629.673	2.378.014

13.3. Depreciação

A depreciação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 está assim apresentada:

	Consolidado (*)		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Parcela absorvida no custeio	9.766	15.628	4.651	3.686
Parcela registrada diretamente no resultado	288.855	259.383	216.399	191.817
Total	298.621	275.011	221.050	195.503

(*) Inclui a parcela do ágio ainda não amortizado referente à aquisição da controlada Líquigás Distribuidora S.A., atribuível à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil do ativo imobilizado, no montante de R\$83.840, líquido de amortização.

14. Intangível**14.1. Por área de negócio**

	Consolidado		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Amortização acumulada		Líquido	
	Custo	Amortizada	Líquido	Líquido
Gás e energia	430	(175)	255	385
Distribuição	474.453	(218.442)	256.011	108.307
Total	474.883	(218.617)	256.266	108.692

	Controladora		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Amortização acumulada		Líquido	
	Custo	Amortizada	Líquido	Líquido
Gás e energia	430	(175)	255	160
Distribuição	392.396	(159.842)	232.554	77.704
Total	392.826	(160.017)	232.809	77.864

14.2. Por tipo de ativos

	Consolidado		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Direitos e Concessões		Desenvolvido internamente	
	Adquirido	Desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2006	3.057	98.487	5.703	107.247
Adição	29	14.153	9.382	23.564
Transferências	(68)	459	-	391
Amortização	(76)	(22.434)	-	(22.510)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	2.942	90.665	15.085	108.692
Adição	19	15.320	8.876	24.215
Baixa	(148)	(308)	-	(456)
Transferências	(23)	(10.643)	(5.314)	157.988
Amortização	(67)	(18.126)	-	(18.193)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.723	76.908	18.647	157.988
Tempo de vida útil estimado - anos	10	5	5	indefinido

	Controladora		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Direitos e Concessões		Desenvolvido internamente	
	Adquirido	Desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.830	59.805	5.703	67.338
Adição	-	9.847	9.382	19.229
Transferências	-	79	-	79
Amortização	(67)	(8.715)	-	(8.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.763	61.016	15.085	77.864
Adição	-	11.997	8.876	20.873
Baixa	-	(227)	-	(227)
Transferências	-	(10.883)	(5.314)	157.988
Amortização	(67)	(7.425)	-	(7.492)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.696	54.478	18.647	232.809
Tempo de vida útil estimado - anos	10	5	5	indefinido

15. Financiamentos

	Consolidado (*)			
	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	13.928	-	290.194
Unibanco	-	80.912	-	-
Outros	-	71.890	-	179.854
Total	-	166.730	-	470.048
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	9.546	-	-
Unibanco	-	80.912	-	-
Total	-	90.458	-	-

(*) Financiamentos contratados em moeda nacional.

15.1. Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Consolidado	
	2008	2007
No país	-	-
De 10% até 12% a.a.	-	290.194
Acima de 12% a.a.	-	179.854
Total	-	470.048

16. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía compromissos financeiros em função de direitos decorrentes de operações com transferência de benefícios, riscos e controle de bens.

	2008		Controladora	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Pagamentos mínimos futuros de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens:				
Juros	15.736	13.381	15.736	13.381
Valor presente dos pagamentos mínimos	57.595	56.412	57.595	56.412
Menos parcela circulante das obrigações	43.032	43.031	43.032	43.031
Parcela de longo prazo das obrigações	116.363	112.824	116.363	112.824
Juros	(32.700)	(32.700)	(32.700)	(32.700)
Total	83.663	80.124	83.663	80.124
	(15.736)	(13.381)	(15.736)	(13.381)
	67.927	66.743	67.927	66.743

17. Receitas e despesas financeiras

Os encargos financeiros e as variações cambiais e monetárias líquidas apropriados ao resultado de 2008 e de 2007 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Despesa com financiamentos	(8.564)	(50.415)	(44)	(31.482)
Receita com aplicações financeiras	7.566	17.198	972	127
Receita líquida com FIDC	65.071	-	63.294	-
Resultado financeiro sobre ganho (endividamento) líquido	64.073	(33.217)	64.222	(31.355)
Hedge sobre operações comerciais e financeiras				
Realizado	(51.763)	24.243	(51.763)	24.243
Não realizado	(6.605)	-	(6.605)	-
Títulos e valores mobiliários	2.558	-	2.558	-
Juros por atraso de clientes	147.558	146.631	141.956	140.032
Outras despesas e receitas financeiras, líquidas	114.165	230.129	116.709	241.631
Outras variações cambiais e monetárias, líquidas	36.251	(36.874)	42.463	(41.277)
Resultado financeiro líquido	306.237	330.912	309.540	333.274

18. Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Gastos com repactuação Plano Petros (*)	-	(65.380)	-	(65.380)
Acordos coletivos de trabalho	-	(24.407)	-	(24.407)
Perdas e contingências com processos judiciais	(20.947)	(66.715)	(22.374)	(66.221)
Multas contratuais e regulatórias	4.972	1.502	4.972	1.502
Aluguéis e royalties	138.054	119.426	137.824	118.084
Outros	2.997	(135.720)	(1.252)	(135.762)
Total	125.076	(171.294)	119.170	(172.184)

(*) Refere-se ao incentivo financeiro pago aos participantes e outros gastos correlatos, visando viabilizar a repactuação do Plano.

19. Impostos e contribuições**19.1. Impostos e contribuições a recuperar**

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Ativo circulante				
No país:				
ICMS	377.961	326.447	347.425	291.306
PASEP/COFINS	111.182	98.621	110.979	92.551
Imposto de renda	15.287	6.597	15.282	2.611
Contribuição social	4.271	3.571	4.271	1.703
Outros impostos	52.580	38.003	37.202	21.967
Total	561.281	473.239	515.159	410.138

19.2. Impostos e contribuições a recolher

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, a Companhia adotou o RTT, conforme previsto na Medida Provisória 449/08, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios da Lei 6.404/76 antes das alterações da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08. A confirmação da opção por este regime será formalizada quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008. Dessa forma, os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram provisionados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Passivo circulante				
ICMS	155.649	122.436	152.918	118.731
PASEP/COFINS	116.302	102.265	116.302	100.400
Imposto de renda e contribuição social				
retidos na fonte	16.883	17.048	15.179	15.634
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.454	45.240	-	44.318
Outras taxas	16.105	9.340	9.718	6.529
Total	306.393	296.329	294.117	285.612

19.3. Impostos e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Ativo Circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	118.197	167.376	104.633	149.374
ICMS diferido	14.777	13.375	14.777	13.375
Total	132.974	180.751	119.410	162.749
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	251.042	216.803	220.219	175.477
ICMS diferido	38.636	39.083	38.636	39.083
Outros	1.638	9.608	-	-
Total	291.316	265.494	258.855	214.560

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
Imposto de renda e contribuição social diferidos	776	13.803	74	13.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.227	820	25.717	155

19.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	2008		Fundamento para realização
	Consolidado	Control	

(Continuação)

Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

19.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2008 e de 2007 está apresentada a seguir:

	2008	2007
a) Consolidado		
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados e administradores	1.996.104	1.381.257
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(678.675)	(469.627)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(40.182)	(79.493)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	1.529	866
• Incentivos fiscais	12.163	7.682
• Outros itens	(1.755)	(1.514)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(706.920)	(542.086)
IR e CSLL correntes	(687.524)	(594.256)
IR e CSLL diferidos	(19.396)	52.170
	(706.920)	(542.086)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	35,4%	39,2%
b) Controladora		
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados e administradores	1.966.382	1.342.315
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(668.570)	(456.387)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(39.154)	(78.462)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	18.846	26.886
• Incentivos fiscais	11.664	6.616
• Outros itens	24	24
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(677.190)	(501.323)
IR e CSLL correntes	(664.163)	(563.034)
IR e CSLL diferidos	(13.027)	61.711
	(677.190)	(501.323)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34,4%	37,3%

20. Benefícios concedidos a empregados**20.1. Plano de Pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros)****a) Plano Petros**

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. O Plano Petros está fechado aos empregados do Sistema Petrobras, admitidos a partir de setembro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2008, o Plano Petros está representado pelas seguintes patrocinadoras no âmbito do Sistema Petrobras: Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquímica e a Alberto Pasqualini - Refap S.A. A avaliação do plano de custeio da Petrobras é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos beneficiários. A relação das contribuições entre patrocinadoras e participantes do Plano Petros, considerando apenas aquelas atribuíveis à Petrobras e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2008, foi de 1,00. Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, o seu equacionamento deverá ocorrer via ajuste no plano de custeio, através de contribuições extraordinárias calculadas pelo método do valor agregado, devendo tal custo ser rateado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados no balanço da Companhia, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecido durante o seu período laborativo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e ativos apurados com base em premissas atuariais (hipóteses biométricas e econômicas), entre outras estimativas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

Em 23 de outubro de 2008, a Companhia, entidades Sindicais e a Petros assinaram Termo de Compromisso Financeiro, após a homologação judicial no dia 25 de agosto de 2008, para cobrir obrigações com plano de pensão no montante de R\$187.028 atualizado retroativamente a 31 de dezembro de 2006 pelo IPCA + 6% a.a., que serão pagos em parcelas semestrais de juros de 6% a.a. sobre o saldo devedor, atualizados atuarialmente e pelo IPCA, pelos próximos 20 anos, conforme previamente estabelecido no processo de repactuação.

A obrigação assumida pela Companhia, por intermédio do Termo de Compromisso Financeiro, representa uma contrapartida às concessões feitas pelos participantes/beneficiários do Plano Petros na alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e no encerramento de litígios existentes.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da obrigação da Companhia referente ao Termo de Compromisso Financeiro totalizava R\$190.722, dos quais R\$3.695 vencerem em 2009.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$ 165.364, adquiridas para contrapor passivos com a Petros, que serão mantidas na carteira da Companhia para garantia do Termo de Compromisso Financeiro.

b) Plano Petros 2

A partir de 1º de julho de 2007, a Companhia e demais empresas do Sistema Petrobras implementaram um novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2, na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, para os empregados sem previdência complementar.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições foram efetuadas. No exercício de 2008, a contribuição da Companhia para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R\$8.344.

A Companhia assumiu o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não haverá mais o pagamento do serviço passado. Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados, mensalmente, ao longo do tempo durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano, devendo, portanto, cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras.

c) Ativos dos Planos de Pensão

Os ativos dos planos de pensão do Sistema Petrobras são investidos principalmente em títulos do governo, fundos de investimento, instrumentos patrimoniais e outros.

	2008		2007	
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável
Títulos do governo	43%	-	41%	-
Fundos de investimento	38%	92%	33%	100%
Participações em ações	12%	8%	20%	-
Outros	7%	-	6%	-
	100%	100%	100%	100%

A carteira de investimentos dos Planos Petros e Petros 2, em 31 de dezembro de 2008, era constituída por 70% de renda fixa, com rentabilidade esperada de 7,37% a.a.; 24% de renda variável, com rentabilidade esperada de 6% a.a.; 6% de outros investimentos (operações com participantes, imóveis e projetos de infraestrutura), com rentabilidade esperada de 8% a.a., que resultou numa taxa de juros média de 7,02%. Os ativos dos planos de pensão administrados pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros incluem os seguintes títulos de partes relacionadas:

	2008	2007
Ações ordinárias da Petrobras	313.698	718.013
Ações preferenciais da Petrobras	512.312	1.065.999
Companhias controladas pelo governo	261.567	228.996
Títulos do governo	13.348.545	12.055.229
Títulos de outras partes relacionadas	240.001	304.214
	14.676.123	14.372.451

O Plano Petros tem 43% dos investimentos em títulos do governo, dos quais 94% são representados por NTN-B, que, por fideicomisso com a Secretaria de Previdência Complementar, serão mantidos até o vencimento.

20.2. Plano de Saúde**a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)**

A Companhia e demais empresas do Sistema Petrobras mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmacêutico que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para os compromissos com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

b) Liguigás Distribuidora S.A.

O compromisso da Liguigás Distribuidora S.A. relacionado à assistência médica dos empregados ativos e aposentados administrado pela própria Companhia é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular a despesa e os itens de aspecto atuarial é o do Crédito Unitário Projetado. Este método define o custo do benefício que será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Empresa e a primeira data de plena exigibilidade do benefício, que é estabelecido nos Acordos Coletivos de Trabalho resultante das negociações sindicais com os empregados da categoria GLP. Conforme procedimento estabelecido na Deliberação CVM nº. 371/00, em 31 de dezembro de 2008 a Liguigás Distribuidora S.A. tem uma provisão para Benefício de Assistência Médica aos Empregados no montante de R\$46.710 (R\$42.613 em 31 de dezembro de 2007).

20.3. O saldo das obrigações dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva
Variação das obrigações de benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.973.581	6.547	666.712	1.706.375	-	659.862
Custo dos juros						
Com termo de compromisso financeiro	3.695	-	-	-	-	-
Atuarial	193.781	968	67.286	180.371	436	70.075
Custo do serviço corrente	33.419	3.607	12.919	29.317	1.973	13.783
Benefícios pagos	(68.265)	-	(23.041)	(64.865)	-	(19.332)
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(276.504)	(1.907)	(199.214)	113.060	(1.025)	(57.676)
Alterações de plano	-	-	-	9.323	-	-
Implantação de plano	-	-	-	-	8.111	-
Outros (*)	-	-	-	-	(2.948)	-
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	1.859.707	9.215	524.662	1.973.581	6.547	666.712
Variação dos ativos do plano						
Ativo do plano no início do exercício	1.545.035	481	-	1.234.289	-	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	161.075	901	-	134.633	171	-
Contribuições recebidas pelo fundo	38.224	2.067	23.041	32.307	3.380	19.332
Benefícios pagos	(68.265)	-	(23.041)	(64.865)	-	(19.332)
Ganho (perda) atuarial sobre os ativos do plano	8.713	(973)	-	208.671	(122)	-
Outras (*)	-	-	-	-	(2.948)	-
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	1.684.782	2.476	-	1.545.035	481	-

(*) Parcela da contribuição definida do Plano reclassificada para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008.

	Controladora					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis						
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	174.925	6.739	524.662	428.546	6.066	666.712
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas	166.218	(707)	145.314	(117.040)	993	(53.900)
Custo do serviço passado não reconhecido	(5.241)	(4.278)	(2.704)	(5.861)	(6.269)	(2.985)
Passivo atuarial líquido	335.902	1.754	667.272	305.645	790	609.827
Passivo circulante	37.475	-	23.348	26.784	790	19.243
Passivo não circulante	298.427	1.754	643.924	278.861	-	590.584
Saldo em 1º de janeiro	305.645	790	609.827	223.158	-	532.589
(+) Custos incorridos no período	56.412	10.844	80.486	98.544	3.099	96.570
(-) Pagamento de contribuições	(26.155)	(9.880)	(23.041)	(16.057)	(2.309)	(19.332)
Saldo em 31 de dezembro	335.902	1.754	667.272	305.645	790	609.827

A despesa líquida com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas, e de saúde para o exercício de 2008, de acordo com cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

	Controladora					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis						
Custo do serviço corrente	40.528	3.607	12.919	29.317	1.973	13.783
Custo dos juros						
Com termo de compromisso financeiro	3.695	-	-	-	-	-
Atuarial	193.781	968	67.286	180.371	436	70.075
Rendimento estimado dos ativos do plano	(161.075)	(901)	-	(134.633)	(171)	-
Amortização de perdas atuariais não reconhecidas	620	1.988	281	5.084	-	4.290
Contribuições de participantes	(21.137)	(3.665)	-	(11.122)	(981)	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	29.527	1.842	8.422
Outros	-	8.847	-	4.893	617	-
Custo líquido no exercício	56.412	10.844	80.486	103.437	3.716	96.570

A atualização das obrigações foi registrada no resultado do exercício, conforme discriminado:

	Controladora					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	2.170	267	1.612	2.848	115	1.976
Diretamente no resultado	31.113	10.577	31.830	40.772	3.601	38.145
Relativa aos inativos	23.129	-	47.044	59.817	-	56.449
	56.412	10.844				



(Continuação)

Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**
(Em milhares de reais)**b) Reserva estatutária**

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de retenção de lucros

É destinada às aplicações previstas em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, álcool, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes em consonância com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

O orçamento de capital do exercício de 2009, aprovado pelo Conselho de Administração, será encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Ordinária em 02 de abril de 2009.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$712.508.

22.4. Dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2008 foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$507.801, à conta de Reserva de Retenção de Lucros existente em 31 de dezembro de 2007.

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2008, no montante de R\$ 489.815, será encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 02 de abril de 2009.

Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	1.289.192	840.992
Apropriação		
Reserva legal	(64.459)	(42.050)
Lucro básico para determinação dos dividendos	1.224.733	798.942
Dividendos propostos, equivalentes a 40% do lucro básico - R\$ 11,43 por lote de mil ações (R\$ 7,45 por lote de mil ações em 2007)	489.815	319.258

23.2. Processos judiciais não provisionados

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e estimaram as perdas possíveis em R\$1.318.688 (R\$1.227.560 em 2007). Apresentamos a seguir a situação atual dos principais processos legais com expectativa de perda possível:

Descrição	Natureza	Situação Atual	Exposição máxima para a Companhia em 31/12/08
Autor: Francisco Messias Cameli Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas, por recebimento de sobrestadia de embarcações (CONAVE) na BASUL.	Cível	Partes intimadas para se manifestarem acerca do laudo pericial e designada audiência de instrução.	93.929
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração Ação cível perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo onde se discute a rescisão contratual e cobrança cumulada de multa, pela rescisão dos contratos de comodato, compra e venda mercantil com garantia hipotecária, locação e sublocação.	Cível	Aguardando o julgamento do recurso de apelação do Grupo Forte pelo Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP.	88.272
Autor: Estado do Rio de Janeiro Ação de execução fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro em face da Companhia, tendo por argumento a alegação de não pagamento por parte desta, de créditos relativos a ICMS.	Fiscal	O processo foi suspenso em razão da oposição de embargos à execução.	71.540
Autor: Fazenda do Estado de São Paulo Ação de execução fiscal perante a justiça do Estado de São Paulo, referente a débitos de ICMS.	Fiscal	Aguardando julgamento dos embargos à execução.	63.475
Autor: Fazenda Pública do Estado de Pernambuco Ação de execução fiscal perante o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Pjpuca). Trata-se de execução fiscal proposta em face da Companhia, tendo por alegação o recolhimento de ICMS a menor.	Fiscal	Foram interpostos embargos à execução pela Companhia.	54.854
Autor: Lourival Augusto e Silva Ação cível perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Trata-se de ação onde o autor busca indenização por supostas perdas e danos morais e materiais sofridos quando da retomada e retirada de equipamentos.	Cível	Aguardando julgamento da apelação do autor.	52.764

24. Instrumentos financeiros

A Companhia contratou operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às exportações para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento.

A Companhia se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para o segmento de aviação, que representou 98,3% das operações contratadas do período, o prazo de exposição é de 3 meses em média e o *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. No período em questão foram contratadas operações no valor de US\$ 584,85 mil. O volume de *hedge* contratado para as vigências do ano de 2008 do segmento de aviação representou 74,3% do volume de exportação efetivamente ocorrido.

As liquidações de todas as operações vencidas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2008 geraram um resultado negativo para a Companhia de R\$ 51,763 totalmente compensado pela valorização cambial dos ativos em dólar. Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF conforme definido no artigo 2º da Deliberação CVM nº 550/08.

Instrumentos financeiros derivativos de moeda estrangeira

Descrição	Valor de referência (nacional) USD (Mil)		Valor justo		Vencimento	Valor em Risco (*)	Realizado 2008
	2008	2007	2008	2007			
Contratos a termo de dólar (NDF)	67.506	117.313	(3.823)	2.782		4.422	(51.763)
Posição Vendida		117.313		2.782	2008		
	67.506	-	(3.823)	-	2009		

(*) Valor em risco representa a perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado. A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2008, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável Em 31.12.2008			Cenário Possível (Δ de 25%)			Cenário Remoto (Δ de 50%)		
		Valorização do Dólar frente ao Real								
Contratos a termo de dólar (NDF)			(3.823)	(43.284)						(82.746)

Os dividendos serão pagos na data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Seu valor será atualizado monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2008, até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

23 . Processos judiciais e contingências**23.1. Processos judiciais provisionados**

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Causas trabalhistas (i)	59.039	59.727	54.728	50.517
Causas fiscais (i)	45.031	87.906	10.228	54.512
Causas cíveis (i)	61.130	57.004	59.713	54.236
Causas ambientais	80	72	2	2
Outras	222	-	-	-
Total	165.502	204.709	124.671	159.267
Provisão para contingências - circulante	19.597	51.167	19.597	46.695
Provisão para contingências - não circulante	145.905	153.542	105.074	112.572

(i) Líquido de depósitos judiciais de acordo com a deliberação CVM nº 489/05.

24.1. Gerenciamento de risco

No decorrer normal de seus negócios a Companhia utiliza-se de diversos tipos de instrumentos financeiros.

a) Risco de concentração de crédito

Uma parcela significativa dos ativos da Companhia, incluindo instrumentos financeiros, está localizada no Brasil. Os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos ao risco de concentração de crédito são, principalmente, disponibilidades, títulos governamentais, contas a receber e contratos futuros.

A Companhia adota diversas medidas para reduzir a sua exposição a riscos de crédito a níveis aceitáveis.

b) Valor justo de mercado

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. O valor justo de mercado das disponibilidades, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de mercado de outros ativos e passivos de longo prazo não difere significativamente de seu valor contábil.

25. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

As instalações, equipamentos e produtos da Controladora dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2008 totalizava R\$2.335.529 (R\$2.069.530 em 2007). Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No consolidado a importância segurada totalizava, em 31 de dezembro de 2008, R\$3.303.958 (R\$3.586.342 em 2007).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ativo	Tipo de cobertura	2008	
		Importância segurada Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	2.665.458	2.335.529
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, poluição ambiental etc.	587.500	-
Outros ativos		51.000	-
Total		3.303.958	2.335.529

DIRETORIA EXECUTIVA E ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE

JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA
Presidente

EDIMILSON ANTONIO DATO SANT'ANNA
Diretor de Operações e Logística

ANDURTE DE BARROS DUARTE FILHO
Diretor de Mercado Consumidor

EDIMARIO OLIVEIRA MACHADO
Diretor da Rede de Postos e Serviços

NESTOR CUÑAT CERVERÓ
Diretor Financeiro

MARIA CRISTINA TEIXEIRA
Gerente de Contabilidade e Controle

PAULO CESAR PEREIRA RIBEIRO
Contador - CRC-RJ-026713/O-3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta

SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA
Conselheiro

GUIDO MANTEGA
Conselheiro

FÁBIO COLLETTI BARBOSA
Conselheiro

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Conselheiro

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Petrobras Distribuidora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos o balanço patrimonial da Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia") e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Anteriormente, examinamos as demonstrações contábeis da Petrobras Distribuidora S.A. e as demonstrações contábeis consolidadas dessa Companhia e suas controladas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo os respectivos balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, bem como as informações suplementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer, sem ressalvas, datado de 11 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.



3 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC - SP - 14.428/O-6-F-RJ

José M. Matos Nicolau
Contador - CRC-RJ- 42.216/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório de Administração; as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes; a Proposição à Assembleia Geral Ordinária relativa à Destinação do Resultado do Exercício de 2008 e a Proposição à Assembleia Geral

Ordinária referente ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2009. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 3 de março de 2009, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
Rio de Janeiro, 6 de março de 2009

Marcio Branco de Oliveira
Presidente

João José de Nora Souto
Conselheiro

Mariângela Monteiro Tizatto
Conselheira

Neyde Lúcia Sáfiadi de Abreu
Conselheira

Paulo José dos Reis Souza
Conselheiro